SANEAR

ANO XVI
EDIÇÃO ESPECIAL

A REVISTA DO SANEAMENTO

PERSPECTIVAS PARA O SANEAMENTO NO BRASIL COM AS NOVAS GESTÕES

A Revista Sanear escutou entes federais e estaduais para saber como o saneamento é visto pelas administrações que se iniciaram em 2023. Confira nossa edição especial.

Governos federal e estaduais: saneamento é prioridade?

Bancos: investimentos abertos ao setor

Artigo: o papel da regulação

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Aesbe divulga o Estudo ***"Análise das Populações Atendidas e Não Atendidas com os Serviços de Água e Esgotos no Brasil - Com base nas informações contidas no Plansab 2017 e no SNIS 2017 a 2020"***

que apresenta *discrepâncias verificadas entre os números publicados na imprensa* desde 2020, com base no SNIS, que diferem significativamente daqueles contidos no Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) de 2017, elaborado pelo Governo Federal

Acesse o documento online
por meio do QRcode!

PALAVRA DO PRESIDENTE

Com 38 anos de existência, a Aesbe é a maior associação do setor no Brasil e uma das maiores do mundo e mantém, periodicamente, sua posição histórica de contribuir com o poder público para o estabelecimento e implementação de políticas públicas que permitam a ampliação e a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. E em 2023 essa missão histórica continuará!

O atual momento é de transformações no saneamento brasileiro e a Aesbe possui um papel fundamental no progresso das ações desenvolvidas. Por isso, desde novembro de 2022, a Aesbe dialoga com a equipe da atual gestão do Governo Federal e com outras associações do setor para que um acordo seja firmado e as readequações do Novo Marco Legal do Saneamento sejam feitas para que a universalização dos serviços seja factível.

Para levar saneamento à população de baixa renda nas favelas, ocupações informais e áreas rurais é absolutamente necessário que o estado brasileiro estabeleça políticas públicas integradas, articuladas com investimentos de recursos financeiros de diversas fontes e ampla capacidade de fiscalização. Por isso, acreditamos que o Governo Federal deve atuar sobre essas condições com regramentos mais claros e a sociedade deve repelir os discursos vazios de humanidade daqueles que sobretudo fazem prevalecer os interesses econômicos acima do direito fundamental de acesso à água e ao saneamento.

Não há dúvidas que todos os estados e companhias, há muito, já trabalham com a diretriz de universalizar os serviços prestados. Nas últimas décadas, do ponto de vista da expansão e melhoria dos serviços, tivemos avanços consideráveis e uma coisa é certa: temos expertise e conhecemos de perto os desafios do saneamento básico no país. E as companhias estaduais vão continuar a atuar e trabalhar significativamente para o alcance das metas de universalização estabelecidas. Porém, precisamos ter a clareza de que ainda necessários ajustes para que a meta seja, de fato, factível.

Universalizar é nossa missão!

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento

Aesbe entrega ao Governo Federal documento com proposições para o setor de saneamento

Mantendo sua posição histórica de contribuir com o poder público para o estabelecimento e implementação de políticas públicas que permitam a ampliação e a melhoria da qualidade dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, a Aesbe, sendo a maior associação do setor no Brasil e uma das maiores do mundo, mais uma vez apresentou sua agenda propositiva para o saneamento básico brasileiro. O documento foi entregue à equipe de transição do Governo Lula no dia 29 de novembro e, posteriormente, entregue ao ministro das Cidades, Jader Filho.

Acesse o QRcode abaixo e leia o documento **"Os Desafios e os Caminhos para a Universalização dos Serviços de Saneamento"** completo!

Coordenação Editorial:
Rhayana Araújo
Projeto Editorial e Gráfico, Design:
Foco 21 Comunicação
Redação:
Rhayana Ferreira Araújo, Michelle Khar Sidy Dioum e Foco 21 Comunicação
Revisão:
Rhayana Araújo e Foco 21 Comunicação
Imagens gerais:
Adobe Stock
Impressão:
Gráfica Athalaia
Tiragem:
5.000 exemplares
Diretor-Presidente:
Neuri Freitas (Cagece/CE)
Diretores-Vice-Presidentes Regionais:
Norte: James da Silva Serrador (Caer/RR),
Nordeste I: Roberto Sérgio Ribeiro Linhares (Caern/RN)
Nordeste II: Luiz Cavalcante Peixoto Neto (Casal/AL)
Centro-Oeste: Ricardo Soavinski (Saneago/GO)
Sudeste: Leonardo Elia Soares (Cedae/RJ)
Sul: Claudio Stabile (Sanepar/PR)
Conselho Fiscal:
Pedro Cardoso (Caesb/DF) - presidente
Armando do Valle (Cosama/AM)
Cleverson Brancalhão da Silva (Caerd/RO)
Equipe Aesbe:
Sergio Antonio Gonçalves - secretário Executivo da Aesbe; Antonio Costa de Lima Junior - Assessoria Jurídica; Rhayana Ferreira Araújo – gerente de Comunicação; Marcos Monteiro de Oliveira –Informática; Lisiene Goulart de Souza – Secretaria; Michelle Khar Sidy Dioum – estagiária de Comunicação; Maria da Cruz Campos Matos de Souza – Serviços Gerais.

SUMÁRIO

REPORTAGEM DE CAPA

Perspectivas para o saneamento no Brasil com as novas gestões

15 REGIÃO NORDESTE
Alagoas / Bahia / Ceará / Maranhão /Paraíba / Piauí / Pernambuco / Rio Grande do Norte / Sergipe

21 NORTE
Acre / Amapá / Amazonas / Pará / Rondônia / Roraima / Tocantins

24 CENTRO OESTE
Distrito Federal / Goiás / Mato Grosso do Sul / Mato Grosso

27 SUDESTE
Espírito Santo / Minas Geras / Rio de Janeiro / São Paulo

30 SUL
Paraná / Rio Grande do Sul / Santa Catarina

06 ESPECIAL
O novo governo e a reconstrução de políticas públicas que priorizem o saneamento e a universalização

08 INVESTIMENTOS
Política dos bancos buscam atender às demandas do saneamento no Brasil

12 MINISTÉRIO DAS CIDADES
Saneamento ambiental é apontado como prioridade na nova gestão

33 ARTIGO
Vital para o país, a universalização do saneamento não é vocação da ANA

ESPECIAL

O novo governo e a reconstrução de políticas públicas que priorizem o saneamento e a universalização

O saneamento é fundamental para a saúde e o bem-estar da população e sua importância é especialmente relevante no Brasil, uma vez que grande parte dos seus habitantes ainda enfrenta desafios na acessibilidade a serviços de saneamento básico de qualidade, como tratamento de água e esgoto, coleta de resíduos e disposição adequada de lixo. Estas lacunas resultam em graves problemas de saúde pública, ao permitir, por exemplo, que a água e o solo sejam contaminados, favorecendo o surgimento de problemas como diarreia, verminoses e dengue, entre outras.

O saneamento público no Brasil também tem um impacto significativo na conservação do meio ambiente, pois um sistema de saneamento ineficiente pode causar contaminação do solo e da água subterrânea e aumentar a emissão de gases poluentes.

Todas essas questões são transversais à universalização do saneamento, cujo objetivo é garantir que todas as pessoas, independentemente da sua localização geográfica, situação econômica, raça e gênero, entre outros, tenham acesso aos serviços básicos de saneamento e à água potável de qualidade, o que contribui para o desenvolvimento econômico, social e ambiental de uma região.

Portanto, para aspectos que visem à melhoria das condições de saúde, do saneamento público e o atingimento das metas para a universalização é fundamental que o Brasil invista em infraestrutura e tecnologias de saneamento para garantir que todas as comunidades tenham acesso a serviços básicos de saneamento de qualidade. Isso contribuirá para a promoção da saúde pública e para a conservação ambiental, além de garantir um desenvolvimento mais equitativo e sustentável para o país.

O posicionamento dos gestores que assumiram o novo governo em relação ao saneamento e seu fortalecimento para a universalização é uma das peças-chave para se alcançar o progresso necessário no setor. Miriam Belchior, secretária-executiva da Casa Civil, informa que, neste sentido, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva está firmemente comprometido com a meta de universalização do saneamento básico no Brasil até 2033. “Temos o compromisso de re-

Miriam Belchior, secretária-executiva da Casa Civil

> Temos o compromisso de retomar e assegurar o fortalecimento dessa política pública para elevar a qualidade de vida da população".

tomar e assegurar o fortalecimento dessa política pública para elevar a qualidade de vida da população, sobretudo no que diz respeito às condições de saúde dos brasileiros. Em pleno século XXI nossas crianças ainda adoecem e morrem por falta de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário", frisa.

Segundo Miriam, o Relatório Final de Transição de Governo mostrou o alcance do desmonte das políticas públicas conduzidas pelo então Ministério do Desenvolvimento Regional, como a drástica redução de 99,5% na previsão orçamentária para o saneamento, em 2023; o que afeta obras em andamento, início de obras aprovadas e a retomada de obras paralisadas nos últimos anos.

A executiva informa que a Casa Civil, bem como demais ministérios e secretarias ligados ao tema, estão, de fato, em um processo de reconstrução de políticas públicas e retomada do planejamento de investimentos públicos. "Para isso, faremos como nas gestões anteriores do presidente Lula, conjugando investimentos dos setores público federal, estadual e municipal e privado", declara.

Política dos bancos busca atender às demandas do saneamento no Brasil

O acesso a linhas de financiamentos permite ao setor de saneamento aprimorar sua eficiência, expandir sua cobertura e tornar seus serviços mais acessíveis à população

Por Sofia Jucon e Marcos Martins

As linhas de financiamento são importantes para o setor de saneamento porque permitem a realização de investimentos em infraestrutura de saneamento, como tratamento de água e esgoto, coleta e tratamento de resíduos, entre outras soluções para melhorar a qualidade ambiental e a saúde pública.

Esses investimentos são necessários para atender às crescentes demandas da população, reduzir as perdas de água, combater o desperdício e alcançar os objetivos do desenvolvimento sustentável. Além disso, o acesso aos financiamentos permite ao setor de saneamento aprimorar sua eficiência, expandir sua cobertura e tornar seus serviços mais acessíveis à população.

Os bancos podem fornecer financiamento para projetos de saneamento básico, como a construção de redes de água e esgoto, tratamento de resíduos, instalações de dessalinização de água, entre outros projetos. No Brasil, temos diversos exemplos de instituições que atuam neste modelo de financiamento, como são os casos do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco do Nordeste e do Banco da Amazônia (Basa).

Os serviços de água e esgoto são decisivos para o desenvolvimento. Além de fornecer um bem essencial, a água, eles trazem benefícios coletivos de saúde pública e meio ambiente. No Brasil, há cerca de 35 milhões de pessoas sem água tratada e quase metade do esgoto gerado não é tratado. A universalização é prioridade para o BNDES, como afirma Nelson Barbosa, diretor das áreas de Planejamento Estratégico, de Saneamento, Transporte e Logística e de Energia do banco.

"Desde o PAC, o banco contribuiu como financiador para aumentar os investimentos anuais. Até 2007, eles estavam no patamar de R$ 9 bilhões (a

Foto: Stefano Figalo/BNDES

Para universalizar, é preciso elevar os investimentos para ao menos R$ 30 bilhões"

Nelson Barbosa, diretor das áreas de Planejamento Estratégico, de Saneamento, Transporte e Logística e de Energia do BNDES

valores constantes de 2021 -- IPCA). Em 2014, houve um pico de R$ 18,4 bilhões. Para universalizar, é preciso elevá-los para ao menos R$ 30 bilhões".

O BNDES também tem atuado em apoio a estados e municípios como estruturador de concessões e PPPs, aportando capacitação técnica, conhecimento setorial e neutralidade em relação aos interesses das partes. "Já foram assinados 12 contratos de concessão, que envolvem R$ 59,3 bilhões em investimentos e beneficiam 28 milhões de pessoas. E há sete novos projetos na carteira, com boa perspectiva de ampliação. Para o BNDES não existe modelo único. As soluções visando a universalização do saneamento demandam escolhas políticas do poder concedente e um olhar técnico individualizado para cada região. O desafio da universalização requer contar com todos os agentes e recursos, públicos e privados. O BNDES seguirá auxiliando estados e municípios a identificarem e viabilizarem a melhor solução local, considerando prestadores públicos e privados. O que importa é atingirmos a urgente universalização do saneamento no Brasil".

O superintendente de Negócios com Empresa e Governo do Banco do Nordeste, Emiliano Estevão da Paz Portela, afirma que o saneamento básico é considerado atividade prioritária pela programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). "O apoio ao setor é prioridade na política de financiamento do Banco com recursos do FNE, inclusive com oferta de condições de prazo e taxas bastante atrativas, na comparação com outros segmentos. Isso se dá, justamente, pela importância do setor para a melhoria da qualidade de vida da população e pelo déficit de cobertura desses serviços na nossa área de atuação", afirma.

Ainda de acordo com Emiliano Portela, o FNE programou, para 2023, cerca de R$ 10 bilhões para financiar projetos de infraestrutura, incluindo saneamento. Esse valor considera o novo Marco do Saneamento que deve impactar na quantidade de projetos.

Podem captar esses recursos, as empresas privadas e as estatais não dependentes, que oferecem serviços de saneamento. "Um exemplo são as sociedades de economia mista estatais que não tem dependência de repasse de recursos, pois são remuneradas pelos serviços que prestam", afirma Portela. De 2009 até final de 2022, o Banco do Nordeste

Foto: Divulgação

O apoio ao setor é prioridade na política de financiamento do Banco com recursos do FNE, inclusive com oferta de condições de prazo e taxas bastante atrativas."

Emiliano Estevão da Paz Portela, superintendente de Negócios com Empresa e Governo do Banco do Nordeste

contratou R$ 1,5 bilhão em projetos de saneamento em sua área de atuação.

O Plano de Aplicação de Recursos Financeiros do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte – FNO, do Banco da Amazônia, tem o objetivo de fomentar o desenvolvimento da Região Norte, constituindo o principal instrumento financeiro da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) para a redução das disparidades regionais. A lei regulamenta que os recursos do FNO estejam voltados ao financiamento dos setores produtivos da indústria, comércio, prestação de serviços, entre outros, seguidos pelo apoio à infraestrutura econômica da região, com projetos voltados à logística e saneamento.

Deste modo, com apoio do FNO, o Basa oferece, dentro do rol de operações passíveis de financiamento, opções para projetos de saneamento na região Norte. "As operações de saneamento têm uma condição de acesso diferenciada, principalmente no tocante a prazo de operação e a condições de financiamento em relação a custo operacionais. Por isso, hoje, por conta de política pública, dentre as menores taxas praticadas nos financiamentos, a de saneamento é uma delas", destaca Nélio Gusmão, gerente executivo de Pessoas Jurídicas do Basa.

Segundo Gusmão, esta é uma linha incentivada que atende o amplo interesse do banco em atender o setor e a necessidade básica da população. "Entre os exemplos desse tipo de financiamento, o Banco da Amazônia já fez o apoio em financiamento para a concessão de saneamento no Estado do Amapá em 2021; também participamos do financiamento da mudança de toda a troca de tubulações da região metropolitana de Belém, no período de 2019 a 2020", ressalta.

Para o executivo, a dificuldade maior para ampliar linhas de financiamento para o saneamento na região Norte está em ter disponibilidade de concessões públicas nesse sentido. "Elas dependem de leis estaduais e municipais para que isso possa, de fato acontecer e se tornar uma possibilidade de acessar recursos do FNO, através dos entes privados que fossem os vencedores dessas licitações", explica.

O valor total para Infraestrutura para 2023 é de R$ 1.822,72 milhões, os quais serão aplicados entre outras atividades àquelas priorizadas pelo Condel/Sudam: eletricidade e gás; transporte (infraestrutura logística); informação e comunicação e saneamento básico.

Foto: Divulgação

Hoje, por conta de política pública, dentre as menores taxas praticadas nos financiamentos, a de saneamento é uma delas."

Hélio Gusmão, gerente executivo de Pessoas Jurídicas do Basa

Encontro Técnico AESABESP
Congresso Nacional de Saneamento e Meio Ambiente

FENASAN
Feira Nacional de Saneamento e Meio Ambiente

CHAMADA DE TRABALHOS

ENVIE O SEU TRABALHO PARA O MAIOR CONGRESSO DE SANEAMENTO DA AMÉRICA LATINA!

PRAZO DE SUBMISSÃO: 29 DE MAIO

Tema central: **Saneamento ambiental na globalização do desenvolvimento sustentável**

- Usos múltiplos da água
- Recursos hídricos
- Desenvolvimento tecnológico e inovação
- Drenagem urbana
- Gestão empresarial e institucional
- Educação ambiental
- Energias alternativas e eficiência energética
- Manutenção,operação e automação de equipamentos
- Meio ambiente e mudanças climáticas
- Controle de perdas
- Resíduos sólidos
- Saneamento rural e saneamento em comunidades isoladas
- Saúde pública
- Sistemas de abastecimento e tratamento de água
- Sistemas de coleta, tratamento de esgotos e reuso

03 a 05
outubro de 2023

Pavilhão Branco e Verde
Expo Center Norte
São Paulo - SP

Mais informações:
www.fenasan.com.br

PROMOÇÃO

PARCERIA

PATROCÍNIO - COTA VIP

PATROCÍNIO - COTA STANDARD

MINISTÉRIO DAS CIDADES

Saneamento ambiental é apontado como prioridade na nova gestão

Recriação da pasta no novo Governo Lula dá destaque para as ações em prol do saneamento básico e fortalece desenvolvimento sustentável voltado para as regiões periféricas das cidades brasileiras, através da Secretaria de Periferias.

No início de seu terceiro mandato, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou a recriação do Ministério das Cidades, que está sob o comando do administrador e empresário, Jader Barbalho Filho. A medida foi tomada com o objetivo de fortalecer as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento urbano e a melhoria da qualidade de vida nas cidades brasileiras.

O Ministério das Cidades havia sido criado em 2003, também durante o governo Lula, e foi extinto em 2019, durante o governo do ex-presidente Michel Temer. Na gestão do governo Bolsonaro, foi assinada a MP 1.063/2021, em outubro de 2021, que recriou o Ministério das Cidades. A medida provisória estabeleceu a estrutura básica do novo Ministério das Cidades, bem como as atribuições de suas secretarias e departamentos. A MP foi posteriormente aprovada pelo Con-

gresso Nacional e convertida na Lei 14.195/2021, que confirmou a criação do Ministério das Cidades como uma pasta independente do governo federal. Em 3 de janeiro, a Medida Provisória (MPV 1.154/2023) editada pelo presidente Lula reestruturou 31 ministérios, entre eles o Ministério das Cidades, e seis órgãos com status de ministérios.

Entre as principais atribuições do novo Ministério das Cidades estão: política de desenvolvimento urbano e ordenamento do território urbano; políticas setoriais de habitação, de saneamento ambiental, de mobilidade e trânsito urbano, incluídas as políticas para os pequenos municípios e a zona rural; promoção de ações e programas de urbanização, de habitação e de saneamento básico e ambiental, incluída a zona rural, de transporte urbano, de trânsito e de desenvolvimento urbano; política de financiamento e subsídio à habitação popular, de saneamento e

Com o objetivo de promover o desenvolvimento urbano sustentável e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira, dentre as principais pautas do Ministério das Cidades, destacam-se:

1. Saneamento básico: a universalização do acesso ao saneamento básico no país está na pauta de ações, incluindo a disponibilidade de água potável, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos. Para isso, o Ministério das Cidades investe em programas de saneamento básico em parceria com estados e municípios;

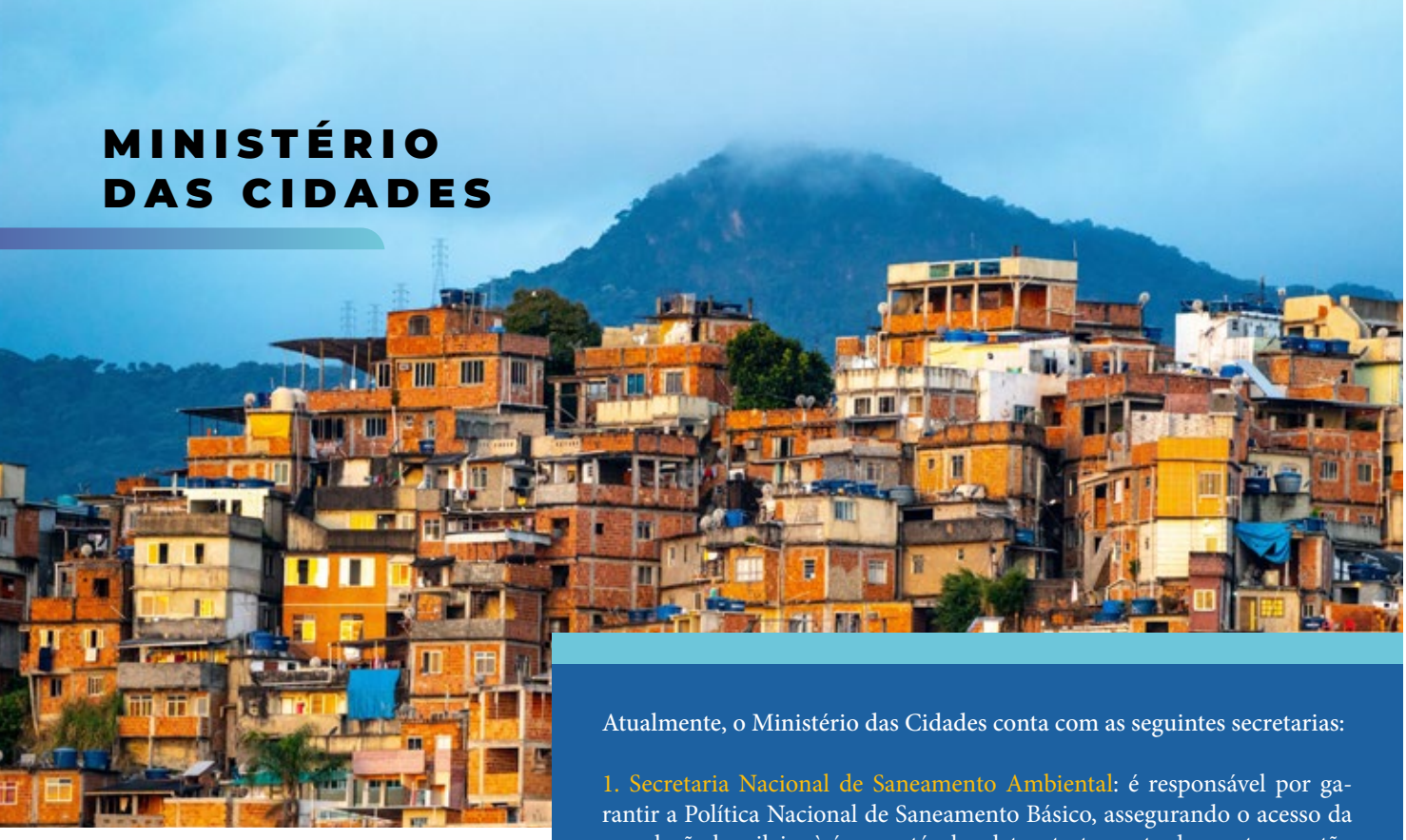
2. Desenvolvimento urbano sustentável: esta pauta inclui a promoção da sustentabilidade ambiental, social e econômica das cidades, buscando garantir a qualidade de vida da população e a preservação do meio ambiente. O Ministério investe em projetos de desenvolvimento urbano sustentável, em parceria com estados e municípios, como a revitalização de áreas degradadas e a promoção de espaços públicos de convivência;

3. Regularização fundiária urbana: é outra pauta importante do Ministério das Cidades na busca de garantir o direito à propriedade e segurança jurídica para a população brasileira. Para isso, o Ministério investe em programas de regularização fundiária em parceria com estados e municípios;

4. Habitação: uma das principais pautas do Ministério das Cidades é a promoção do acesso à moradia digna para a população brasileira, especialmente para aqueles em situação de vulnerabilidade social. Para isso, o Ministério investe em programas de habitação popular, como o Programa Minha Casa Minha Vida, que oferece títulos para famílias de baixa adquirir sua casa própria;

5. Mobilidade Urbana: por meio desta pauta, o ministério busca reduzir a dependência do transporte individual motorizado e incentivar o uso de modais mais eficientes e sustentáveis, como o transporte público, bicicletas e caminhadas. Para isso, o Ministério investe em projetos de infraestrutura urbana, como a construção de ciclovias e faixas exclusivas para ônibus e em programas de incentivo ao uso de transportes coletivos.

MINISTÉRIO DAS CIDADES



de mobilidade urbana; planejamento, regulação, normatização e gestão da aplicação de recursos em políticas de desenvolvimento urbano, urbanização, habitação e saneamento básico e ambiental, incluídos a zona rural, a mobilidade e o trânsito urbanos; participação na formulação das diretrizes gerais para conservação dos sistemas urbanos de água e para adoção de bacias hidrográficas como unidades básicas do planejamento e da gestão do saneamento, entre outras.

Além disso, o novo ministério deve trabalhar em parceria com estados e municípios para fortalecer a participação social na gestão das cidades, promover a inovação tecnológica na gestão urbana, e fomentar o desenvolvimento econômico sustentável nas áreas urbanas.

A recriação do Ministério das Cidades é uma medida importante para enfrentar os desafios das cidades brasileiras e garantir o direito à cidade para todos os brasileiros. Espera-se que o Governo Lula possa aproveitar a oportunidade para investir em políticas públicas mais efetivas e coordenadas e para viabilizar a integração entre as diferentes políticas e áreas tratadas para o desenvolvimento urbano.

Atualmente, o Ministério das Cidades conta com as seguintes secretarias:

1. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental: é responsável por garantir a Política Nacional de Saneamento Básico, assegurando o acesso da população brasileira à água potável, coleta e tratamento de esgoto e gestão de resíduos sólidos. Entre suas atribuições, estão a elaboração de normas e padrões para o setor de saneamento e gestão de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura.

2. Secretaria Nacional de Habitação: é responsável por coordenar a Política Nacional de Habitação, visando garantir o acesso à moradia digna para a população brasileira. Entre suas atribuições estão a gestão do Programa Minha Casa Minha Vida e o fomento à produção de moradias de interesse social.

3. Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana: é responsável por coordenar a Política Nacional de Mobilidade Urbana, garantindo o acesso da população brasileira a um transporte público eficiente e sustentável. Entre suas atribuições, estão a elaboração de planos e projetos de mobilidade urbana, a gestão de recursos financeiros para investimentos em infraestrutura de transporte e promoção do desenvolvimento regional e urbano.

4. Secretaria Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano: é responsável pelo Departamento da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano e Metropolitano e conta com o Departamento de Adaptação das Cidades à Transição Climática e Transformação Digital.

5. Secretaria Nacional de Políticas para Territórios Periféricos: é a mais nova secretaria do Ministério das Cidades, criada em outubro de 2021. É responsável pelas coordenações das ações do Governo Federal para as áreas periféricas das cidades brasileiras, buscando garantir o acesso à moradia digna, ao saneamento básico, à mobilidade urbana e outros serviços essenciais para a população que vive nas periferias. Ela contempla o Departamento de Regularização, Urbanização e Qualificação de Territórios Periféricos e o Departamento de Mitigação e Prevenção de Risco

DEPOIMENTOS DOS GOVERNADORES

Alagoas 16
Bahia 16
Ceará 17
Maranhão 17
Paraíba 18
Piauí 18
Pernambuco 18
Rio Grande do Norte 19
Sergipe 19

REGIÃO NORDESTE

Foto: Reprodução/Governo de Alagoas

Alagoas

Paulo Dantas

Governador

Saneamento para nós é prioridade. O Estado de Alagoas foi o primeiro a promover um projeto estruturante neste setor, visando totalmente à universalização do serviço de saneamento até 2033, cumprindo assim o Marco Legal do Saneamento. Fizemos três concessões de saneamento e o estado tem três Parcerias Público-Privadas (PPPs). A nossa meta é concluir e cumprir integralmente o pacto, a lei do saneamento público do país. Além disso, o estado vem desenvolvendo diversas ações complementares utilizando a estrutura da nossa estatal, a Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), para melhorar a vida dos povoados com menos de mil habitantes.

Esta decisão vai garantir chegar nas áreas rurais de Alagoas, inclusive nas mais distantes, os serviços de água e saneamento de uma forma estruturada e resolutiva. Então, o estado se organizou, se preparou e fez um projeto vencedor para dar conta do cumprimento do Marco Legal do Saneamento. Nós vamos seguir trabalhando firme pela universalização."

Foto: Mateus Pereira/Governo da Bahia

Bahia

Jerônimo Rodrigues

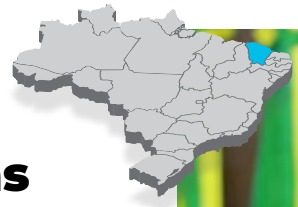
Governador

É um tema estratégico. Saneamento diz respeito à saúde, inclusão e o marco regulatório estabelece prazo para que possamos cumprir uma dinâmica e uma exigência do cuidado com a vida humana, com o meio ambiente e nós do Estado da Bahia continuaremos dando prioridade a este tema.

Estamos também falando de uma agenda que diz respeito à geração de renda, economia e criação de novos postos de trabalho. Agora, em parceria com o governo federal, nossa expectativa aumenta. Priorizaremos projetos que preveem a ampliação desses investimentos e que apresentaremos ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Nos oito últimos anos, a Bahia avançou significativamente no campo do planejamento e gestão do Setor de Saneamento, elaborando documentos inéditos no estado, como os Planos Estaduais de Saneamento Básico e de Segurança Hídrica, inaugurando a nova regionalização do setor, com as Microrregiões de Saneamento Básico (MRSB), e promovendo os meios para a adequação da política estadual ao Novo Marco Legal do Saneamento.

Investimentos em torno de R$ 41 milhões foram destinados pelo estado para a elaboração de dois planos estaduais, 22 planos regionais, incluindo os planos para as microrregiões de saneamento, e apoio a 25 planos municipais de diversos municípios, além de estudos relevantes para a garantia da segurança hídrica da Bahia."



Ceará

Elmano de Freitas

Governador

Garantir acesso à água potável e avançar na cobertura do esgotamento sanitário é assegurar saúde para a população, mais infraestrutura urbana e preservar o meio ambiente. Tudo isso representa desenvolvimento para o Ceará e dignidade para a vida da população cearense.

Nos últimos anos, o estado avançou muito neste setor. E agora, com a celebração da Parceria Público-Privada (PPP), vamos universalizar a cobertura até 2033 em 24 municípios da Região Metropolitana de Fortaleza e na Região Metropolitana do Cariri, caminhando para o cumprimento do Marco Legal do Saneamento."

Foto: Jose Wagner/Governo do Ceará

Foto: Reprodução/Governo do Maranhão

Maranhão

Carlos Brandão

Governador

Nosso governo tem buscado ampliar o direito de acesso à água e ao esgotamento de qualidade em todo o Maranhão, com política contínua de ampliação dos sistemas de águas e esgoto.

Só no ano passado foram entregues poços para Sistemas Convencionais de Abastecimento de Água de forma a beneficiar dezenas de municípios; além de ter feito chegar Sistemas de Simplificados de Abastecimento de Água até mesmo a comunidades quilombolas.

Também foram investidos cerca de R$ 10 milhões no sistema de esgotamento sanitário, incluindo Estações Elevatórias de Esgoto. Ainda no mesmo período, R$ 45 milhões foram investidos na Estação de Tratamento de Esgoto, que vai ampliar o sistema de esgotamento sanitário da capital maranhense.

Com comprometimento ambiental, este novo formato da Estação de Tratamento de Esgoto tem potencial para tratar 100 litros de esgoto por segundo, impedindo o despejo do efluente nos córregos, rios e cursos d'água da cidade.

Além disso, há um forte empenho no fomento do turismo em cidades como Barreirinhas, ampliando a operação da sua Estação de Tratamento de Esgoto.

São Luís será beneficiada com o maior investimento em balneabilidade até então implantado com R$ 45 milhões voltados exclusivamente para que se tenham praias limpas e ainda mais atrativas para os turistas."

Assessoria de Comunicação/ Governo da Paraíba

Paraíba

João Azevêdo Lins Filho

Governador

"Nós estamos determinados a cumprir as metas previstas no Marco Legal do Saneamento, fazendo com que até 2033 90% da população paraibana seja contemplada com os serviços de coleta e tratamento de esgoto. Para isso, estamos fazendo investimentos importantes por meio da Companhia de Água e Esgotos da Paraíba - Cagepa, uma empresa que continuará sendo pública e da Secretaria da Infraestrutura e dos Recursos Hídricos. Ao longo dos últimos quatro anos, conseguimos ampliar esse serviço para vários municípios do interior do estado e vamos seguir com esse foco porque as obras de saneamento básico trazem mais saúde para a população e benefícios para o meio ambiente.

O retorno das relações republicanas com o governo federal nos dá a tranquilidade de que teremos um canal de diálogo aberto e franco com os ministérios para destravar obras e recursos, contemplando a infraestrutura hídrica e o saneamento básico, que estão como prioridades da nossa gestão."

Foto: Reprodução/Governo do Piauí

Piauí

Rafael Fonteles

Governador

"O saneamento básico será prioritário em nossa gestão. Talvez seja hoje a principal política pública para garantir saúde e qualidade de vida para a população, além de gerar muitas oportunidades de emprego e renda."

Foto: Reprodução/ Governo de Pernambuco

Pernambuco

Raquel Lyra

Governadora

"A missão da nossa gestão é melhorar a qualidade de vida do povo por meio do acesso à água e ao tratamento de esgoto. Este é um dos caminhos para impulsionar o desenvolvimento dos municípios, com investimentos e ações efetivas de saneamento. Ter água potável em casa para lavar, cozinhar e empreender é essencial para resgatar a dignidade dos pernambucanos. Por isso, estamos unindo forças para, juntos, construirmos um Pernambuco mais justo para todos e todas.

Já está em curso uma parceria público-privada para ampliar a cobertura de esgotamento sanitário na região metropolitana do Recife. Iremos sair dos atuais 41% para 90% até o ano de 2037. Estamos avançando nesta área, focando, também, no saneamento rural, um segmento que foi esquecido por décadas. Uma parceria com o Banco Mundial irá viabilizar a execução de obras de água e esgoto em 200 comunidades rurais da RMR e do interior com o aporte de R$ 600 milhões. Outros financiamentos, da ordem de R$ 1,8 bilhão, estão assegurados para aplicação ao longo de 2023 com o intuito de promover melhorias nos sistemas de abastecimento para que a água tratada e de qualidade chegue, efetivamente, às torneiras dos pernambucanos.

Foto: Elisa Elsie

Rio Grande do Norte

Fátima Bezerra

Governadora

"O Rio Grande do Norte sempre defendeu que a universalização é importantíssima para a sociedade, porque água e esgotamento sanitário significam vida e saúde. E acreditamos que essa universalização pode ser alcançada, primordialmente, com o controle do setor público, uma vez que é um setor estratégico para o Estado brasileiro. Mas é claro que não precisamos fazer isso sozinhos. Necessitamos do apoio, fundamental, do setor privado para chegarmos à universalização.

O estado caminhará na linha da geração e obtenção de recursos para universalizar a água e o esgotamento, como preconiza o Novo Marco Legal do Saneamento, para que até 2033 tenhamos 99% de cobertura de água e 90% de cobertura de esgotamento; com recursos da Companhia Estadual; de terceiros, por meio de financiamentos, empréstimos e outros instrumentos e também em parcerias com o privado.

Nosso entendimento é que o setor privado deve sim fazer parte do negócio, mas como parceiro. O que não concordamos é que se passe este setor estratégico, como é o caso da água e do esgoto, para o setor privado. Vale lembrar que até hoje, 70% de tudo o que foi feito em termos de saneamento no Brasil foi realizado por meio das estatais. Então, juntos, certamente, conseguiremos a tão esperada universalização."

Foto: Reprodução/Governos de Sergipe

Sergipe

Fabio Mitidieri

Governador

Temos uma proposta de modernização da Deso, a Companhia de Saneamento de Sergipe, por meio de Parceria Pública-Privada (PPP), para que possamos melhorar os serviços e ampliá-los.

Nossos objetivos são aumentar a cobertura do tratamento de esgoto no estado, com foco na Região Metropolitana de Aracaju e nas principais cidades polos do interior e viabilizar alcance de esgotamento sanitário, com maior número de municípios atendidos, inclusive por meio de PPPs ou de aumento de capital externo da Deso.

A criação do Plano Estadual de Universalização do Serviço de Esgotamento Sanitário, com metas, investimentos, estratégias de financiamento e cronograma definidos, também é um de nossos projetos."

DEPOIMENTOS DOS
GOVERNADORES

Acre 21
Amapá 21
Amazonas 22
Pará 22
Rondônia 23
Roraima 23
Tocantins 23

REGIÃO NORTE

Foto: Reprodução/Governo do Acre

Acre

Gladson de Lima Cameli

Governador

"Na capital Rio Branco, os serviços de água e esgoto são de responsabilidade da prefeitura, desta forma, o compromisso do governo estadual passa a ser apoiar, no limite de suas competências, os outros 21 municípios.

O governo do Acre criou o programa Água Para Todos, que prevê a expansão das redes de abastecimento, a construção de poços artesianos e a ampliação da rede de tratamento de esgoto.

Neste novo governo, vamos expandir estas ações, propondo um novo programa para o saneamento integrado no Estado do Acre e, entre as principais ações previstas estão:

- Elaborar projetos e dar suporte na execução das obras para melhorar o sistema de drenagem urbana;
- Implantar o sistema de cadastro técnico do saneamento integrado no estado do Acre;
- Diagnosticar e captar recursos para execução do sistema de esgotamento sanitário em Cruzeiro do Sul, segunda maior cidade do Acre;
- Revitalizar os sistemas de esgotamento sanitário existentes em conjuntos habitacionais dos municípios do interior;
- Aumentar a integração com demais entidades responsáveis por sistemas de abastecimento em áreas indígenas e rurais."

Foto: Reprodução/Governo do Amapá

Amapá

Clécio Luis

Governador

"O Governo do Amapá tem como meta universalizar a cobertura da distribuição de água nas sedes de todos os municípios em 11 anos. Já no esgoto sanitário, o objetivo é que em 18 anos os centros urbanos estejam com redes de coleta universalizadas.

"A projeção é fruto de estudos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e está estipulada no contrato firmado com a Concessionária de Saneamento do Amapá (CSA), empresa privada vencedora do certame que englobou todas as áreas urbanas das 16 cidades do Amapá.

Seguiremos fiscalizando a empresa detentora da outorga para garantir o cumprimento dessas metas, porém não esqueceremos das áreas rurais do estado.

Nosso desafio é transformar a Companhia de Água e Esgoto do Amapá (Caesa) - empresa estatal, antiga operadora dos sistemas de água e esgoto dos centros urbanos - em uma companhia dedicada a levar soluções em saneamento para os distritos, comunidades ribeirinhas, rurais, quilombolas e indígenas, como um braço social do estado, e incluir neste escopo a instalação de energia renovável e comunicações digitais, proporcionando mais saúde e dignidade para todos os amapaenses."

Foto: Reprodução/Governo do Amazonas

Amazonas

Wilson Lima

Governador

"Entendo a questão do saneamento básico como uma pauta que precisa ser encarada como prioritária pelos governos federal, estaduais e municipais. O saneamento inadequado tem reflexo direto no desenvolvimento humano sustentável, no que diz respeito à questão ambiental, e na saúde, especialmente de mulheres e crianças. Uma população saudável gera impactos positivos no crescimento social de um país.

Pensando nisso, desde que assumi o governo, em 2019, minha gestão tem executado uma série de ações para que possamos corrigir essa questão histórica, que é o saneamento básico insuficiente, em especial em municípios do interior.

Já investimos quase R$ 90 milhões em Estações de Tratamento de Água no interior. O programa Água Boa instalou 49 sistemas simplificados de tratamento de água em 43 comunidades de 18 municípios. Em Manaus, o Programa Social e Ambiental - Prosamin+ ajudou a aumentar a cobertura de tratamento de esgoto sanitário em 76,5% do município. A Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) no bairro Educandos, a maior da Região Norte, contou com um investimento de R$ 50,9 milhões, recursos do BID e do estado.

Continuaremos tratando a questão como essencial para o governo estadual e novas ações seguem em andamento e planejamento."

"Modernizar a infraestrutura do Pará é a nossa meta e o saneamento básico é prioridade. Esta é uma área sensível que ficou abandonada por anos. Recebemos a Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa) completamente sucateada, mas estamos organizando e fortalecendo a empresa com ferramentas de gestão e investimentos próprios e financiamentos que ultrapassam a ordem de R$ 1 bilhão para avançarmos na universalização do acesso aos serviços de saneamento básico.

Além disso, retomamos 13 projetos parados e avançaremos com obras estruturantes em mais de dez municípios paraenses. A Cosanpa contratou, por meio do Governo do Pará, uma operação de crédito externa com garantias da União no valor de 100 milhões de dólares, e mais 25 milhões de dólares, de contrapartida do Estado, totalizando 125 milhões de dólares, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para a viabilização do Projeto de Desenvolvimento do Saneamento do Pará - Prodesan Pará.

Trata-se de uma estratégia de prover investimentos reais e avanços importantes para melhoria da qualidade de vida dos paraenses."

Foto: Marco Santos - Agência Pará

Pará

Helder Barbalho

Governador

Foto: Reprodução/Governo de Rondônia

Procurada pela reportagem, a assessoria não respondeu até o fechamento desta edição. Em fevereiro de 2022, o Governo de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico (Sedec), e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) firmaram acordo visando à realização de estudos para estruturação de concessão de fornecimento de água e esgotamento sanitário do estado, englobando 48 municípios, dos 52 existentes. O projeto deve universalizar o acesso aos serviços em 12 anos, alinhado com o Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei nº 14.026/2020).

Fonte: Portal do Governo do Estado de Rondônia

Rondônia

Marcos Rocha

Governador

Foto: Reprodução/Governo de Roraima

Roraima

Antonio Denarium

Governador

"Desde 2020, o Governo de Roraima tem investido mais de R$ 60 milhões em ações de expansão da rede de abastecimento de água e esgoto, por meio do programa Água para Todos.

Só na Capital Boa Vista, são 42 Estações Elevatórias de Esgoto, uma Estação de Tratamento de Esgoto e 68.653 mil ligações ativas. E cobertura de 93,6% nos serviços de coleta e tratamento de esgoto sanitário e 99,9% em fornecimento de água potável.

Além disso, o Governo de Roraima estuda a possibilidade de apresentar o projeto da 6ª etapa, o que tornará Boa Vista a primeira Capital com 100% de atendimento da rede de esgotamento sanitário."

Foto: Antonio Gonçalves/Governo do Tocantins

Tocantins

Wanderlei Barbosa

Governador

Procurada pela reportagem, a assessoria não respondeu até o fechamento desta edição. Durante a campanha eleitoral do ano passado, Wanderlei Barbosa apontou a necessidade de "universalizar a oferta de água e promover a regionalização do saneamento". No plano de governo, registrado no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), descreveu que "o Tocantins necessita de investimentos em saneamento básico, gerenciamento de resíduos sólidos e de esgoto, garantindo, assim, melhor qualidade de vida e saúde para a população. Considerando o atual cenário de saneamento e a gestão integrada dos resíduos sólidos do Tocantins, este plano de governo entende como estratégico a regularização de forma massificada como estratégia de impacto imediato na saúde, na educação, na segurança pública, no desenvolvimento econômico e no meio ambiente".

DEPOIMENTOS DOS
GOVERNADORES

REGIÃO CENTRO-OESTE

Distrito Federal 25
Goiás 25
Mato Grosso do Sul 26
Mato Grosso 26

Foto: Assessoria de Atendimento à Imprensa - Subsecretaria de Divulgação - Secom/DF

Distrito Federal

Celina Leão

Governadora

O serviço de abastecimento com água tratada e esgotamento sanitário precisa chegar a todos, sem distinção. Desde os menores municípios ou as regiões mais afastadas até os grandes centros urbanos. E um serviço de primeira, com qualidade e regularidade. Isso é cuidar da nossa gente, dar dignidade. Isso é cuidar da saúde pública e do meio ambiente.

Água potável é fundamental. Portanto, desde o começo, a minha diretriz foi de recuperar a Saneago - Companhia de Saneamento de Goiás, dotá-la de plenas condições para levar saneamento básico a todos os goianos. Trabalho que deu resultados. A Companhia se reestruturou, se recuperou e, agora, tem capacidade de universalizar o atendimento.

Os avanços são visíveis. O bom desempenho financeiro da Saneago possibilitou investimento de mais de R$ 2 bilhões em obras de água e esgoto por todo o estado, desde 2019. Este vultuoso investimento foi aplicado nas mais diversas regiões goianas.

A Comunidade Quilombola Kalunga de São Domingos foi beneficiada com sistema de abastecimento. Anápolis já não sofre mais com a falta de água durante a estiagem e, não só isso, soma cerca de R$ 200 milhões em investimentos, considerando as obras recém-concluídas ou em execução no município. Nestes quatro anos, a ampliação do índice de atendimento com esgoto foi de 10 pontos percentuais, expandindo a mais de 730 mil goianos e chegando a 70% da população. E muitos outros exemplos que comprovam que os goianos vivem uma nova realidade no saneamento.

Garanto que os investimentos continuarão por todo estado para atingir as metas da nova lei. Inclusive, o esforço é para, se possível, antecipar a universalização para antes de 2033, que é o prazo legal. Este trabalho será executado por meio da Saneago e também de parceiros, que poderão ser ampliados. É nesta linha que a Saneago continuará trabalhando para trazer, ainda mais, melhorias e qualidade de vida para os goianos."

"A Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Caesb se orgulha em já ter alcançado os níveis de universalização previstos no Novo Marco Legal do Saneamento Básico referentes aos atendimentos de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No entanto, esforços para a manutenção da qualidade dos serviços são necessários em virtude das projeções de crescimento populacional para o Distrito Federal, da expansão do atendimento em áreas irregulares e rurais, da escassez dos recursos hídricos e de outorgas cada vez mais restritas.

Assim, os investimentos da Caesb para os próximos anos estão alinhados ao Plano Distrital de Saneamento Básico, relacionados à expansão e melhoria dos sistemas e ao controle e redução das perdas de água na distribuição.

Alguns importantes exemplos de obras que serão realizadas são a expansão dos Sistemas Produtores de Água Paranoá Norte, Corumbá e Brazlândia, as setorizações de redes de água com Distritos de Medição e Controle, a substituição de redes e ramais, a expansão do sistema de esgotamento sanitário e a ampliação e melhoria das estações de tratamento de esgoto.

Para a estratégia de longo prazo 2023-2027, estão previstos, ao todo, R$ 2,8 bilhões em investimentos."

Resposta enviada pela Assessoria de Atendimento à Imprensa - Subsecretaria de Divulgação – Secom/DF

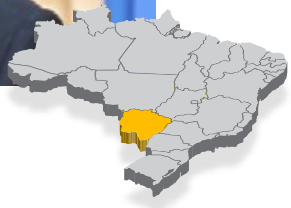
Foto: Reprodução/Governo de Goiás

Goiás

Ronaldo Caiado

Governador

Foto: Reprodução/Governo do Mato Grosso do Sul



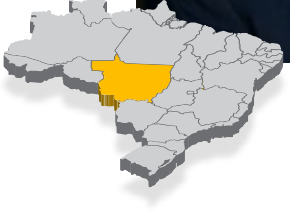
Mato Grosso do Sul

Eduardo Riedel

Governador

"Saneamento é importantíssimo na vida das pessoas e na construção de uma sociedade mais justa e próspera, e está ligado às políticas públicas nas áreas de desenvolvimento, meio ambiente, saúde e social. E será uma pauta que resolvemos enfrentar, resolvendo os problemas. Daqui a seis anos teremos universalização do saneamento no Mato Grosso do Sul. Nos últimos anos, saímos de uma cobertura média de 35% para 60%. E os municípios do estado terão investimentos significativos, garantindo desenvolvimento sustentável. Esse será um legado, a universalização, que vamos perseguir, garantindo a todo cidadão e cidadã dignidade e saneamento de qualidade. Para o estado trilhar o caminho do desenvolvimento, crescimento e da capacidade de investimento é essencial o acesso ao saneamento. Isso será uma das principais entregas da nossa gestão."

Foto: Christiano Antonucci/ Secom-MT



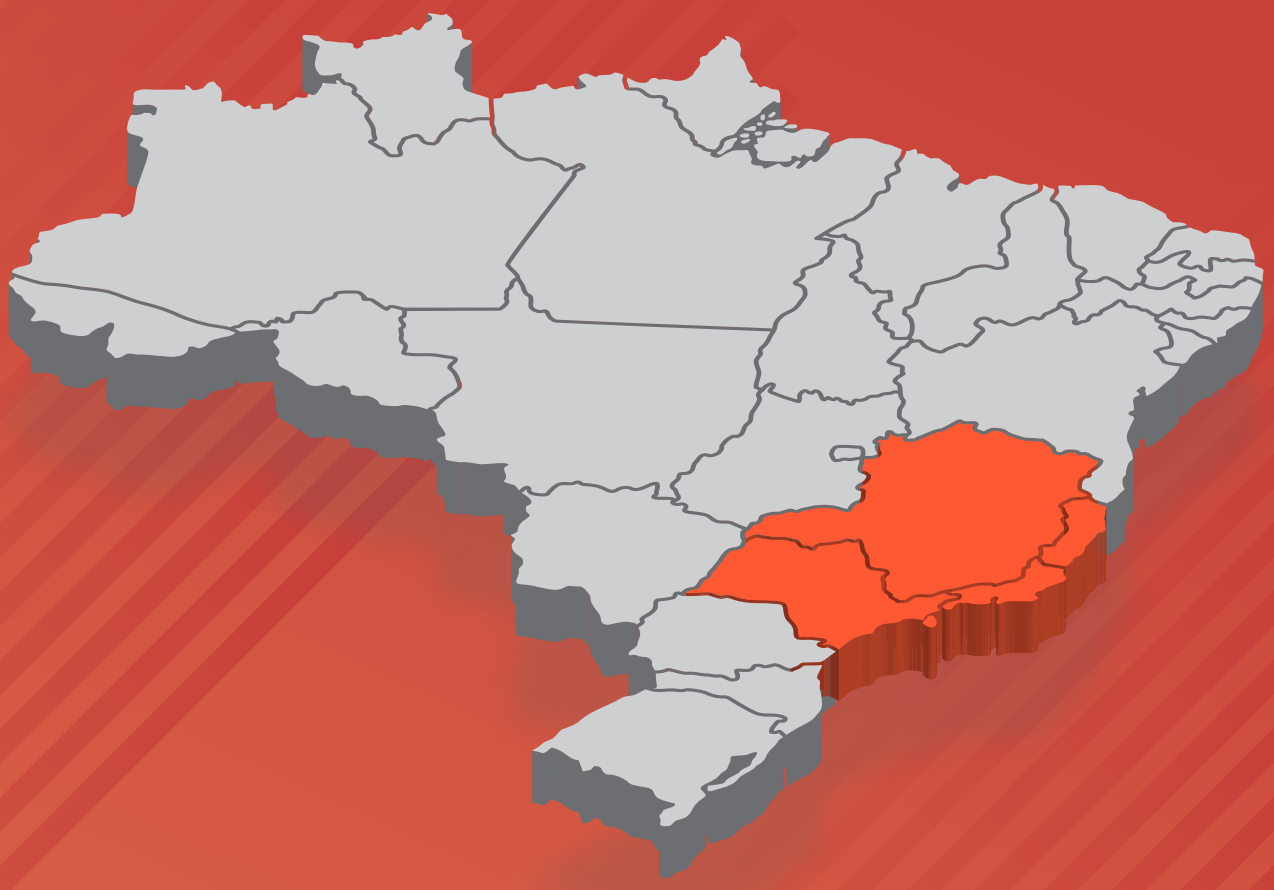
Mato Grosso

Mauro Mendes

Governador

Procurada pela reportagem, a assessoria não respondeu até o fechamento desta edição. Na última proposta de governo registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Mauro Mendes destacou como necessidades "criar um programa, em parceria com os municípios, iniciativa privada e governo federal, para ampliar a cobertura dos serviços de infraestrutura e saneamento básico; firmar parcerias com os municípios e iniciativa privada, visando aumentar o índice de abastecimento de água tratada nas diversas localidades; e promover parcerias com os municípios e iniciativa privada, buscando elevar o atendimento das redes de coleta e unidades de tratamento de esgoto nos centros urbanos e demais regiões".

DEPOIMENTOS DOS
GOVERNADORES



REGIÃO SUDESTE

Espírito Santo 28
Minas Minas 28
Rio de Janeiro 29
São Paulo 29

Foto: Reprodução/Governo do Espírito Santo

Espírito Santo

Renato Casagrande

Governador

O saneamento básico é pauta prioritária em nossa gestão. A retomada dos projetos de expansão e implantação de novos sistemas de água e esgotamento sanitário aconteceu no primeiro ano de governo, em 2019, resultando num investimento de R$ 1,5 bilhão nos últimos quatro anos. Um recorde na história da Cesan (Companhia Espírito-santense de Saneamento) que destinou, somente em 2022, mais de R$ 650 milhões a obras de expansão à modernização dos serviços de água e esgoto, à despoluição das águas e à garantia da segurança hídrica dos municípios atendidos pela Companhia. Em 2023, a empresa planeja um investimento na ordem de R$ 800 milhões, alavancando ainda mais seus resultados. Até 2027, a Cesan prevê investir R$ 4,3 bilhões em ampliação e melhoria dos serviços de água e esgoto: hoje, 70% deste valor já está contratado. Os avanços rumo à universalização dos serviços de água tratada e de esgotamento sanitário no Espírito Santo são uma realidade, os recursos financeiros já estão garantidos e as obras em andamento. Estamos trabalhando para atingir as metas até 2030, três anos antes do estabelecido pelo Novo Marco Legal do Saneamento."

Foto: Gil Leonardi/Imprensa MG

Minas Gerais

Romeu Zema

Governador

Desde o início da minha gestão, buscamos fortalecer e aprimorar os serviços públicos para garantir acesso universal dos mineiros ao saneamento básico de qualidade. Nosso compromisso para o segundo mandato é cumprir as diretrizes do Novo Marco Legal do Saneamento, levando água e esgoto tratado para todas as regiões. Neste sentido, para os próximos cinco anos, vamos conduzir junto com a Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa) o maior plano de investimentos no setor de saneamento da história de Minas Gerais, com previsão de aportar R$ 8,1 bilhões direcionados para obras. Apenas em 2023, os investimentos serão da ordem de R$ 1,5 milhões. Hoje, devido ao empenho das equipes técnicas, responsáveis por mapear áreas mais necessitadas de melhorias, Minas mantém médias acima do desempenho no restante do Brasil quando o assunto é saneamento básico. No ano passado, a Copasa atingiu a marca de 94% dos imóveis em sua área de atuação com acesso à água tratada — enquanto no país este índice é de 84,1%, segundo o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). No caso da coleta e tratamento de esgoto, estamos com 71,9% das residências cobertas no estado, enquanto no país este índice é de 43,9%. Trabalhamos duro para fazermos de Minas um exemplo para o Brasil. Para isso, queremos chegar à marca de 90% da população com esgoto tratado até 2033, seguindo as diretrizes estabelecidas pelo Novo Marco do Saneamento.

Foto: Rafael Campos/Governo do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

Cláudio Castro

Governador

O Estado do Rio de Janeiro deu um grandioso passo para universalizar o acesso dos cidadãos aos serviços de saneamento. A concessão dos serviços de esgoto e água é o maior projeto socioambiental da América Latina e grandes números já comprovam sua importância, entre eles os R$ 80 bilhões de investimentos em operação e manutenção e os R$ 32 bilhões de investimentos obrigatórios, que vão beneficiar 13 milhões de pessoas. A distribuição de água, a coleta e o tratamento de esgoto chegarão a 46 municípios, transformando a realidade de famílias que nunca tiveram água encanada ou esgoto tratado em casa. A concessão de saneamento prevê também investimentos obrigatórios no meio ambiente, que deverão ser realizados pelas novas concessionárias. Serão cerca de R$ 5, 3 bilhões em projetos de despoluição e revitalização ambiental, entre eles a despoluição da Baía de Guanabara, importante cartão-postal do estado. Paralelamente, o estado, por meio da Secretaria do Ambiente e Sustentabilidade, conduz o Programa de Saneamento Ambiental, que trabalha para ampliar o esgotamento sanitário no Rio de Janeiro. Entre as ações estão a implantação do tronco coletor Manguinhos, que conduzirá o esgoto para a Estação de Tratamento de Esgoto Alegria, prevista para ser concluída em maio. A obra vai permitir a captação de 1.293 L/s de esgoto, o equivalente a 44 piscinas olímpicas diárias. Outra importante intervenção é o Programa Sanear Guandu, um conjunto de obras que vai cessar o lançamento de cerca de 10 milhões de litros de esgoto por dia nos rios que drenam para o Rio Guandu. A iniciativa vai melhorar a qualidade e a disponibilidade de água para a população.

Foto: Ciete Silvério/Governo do Estado de SP

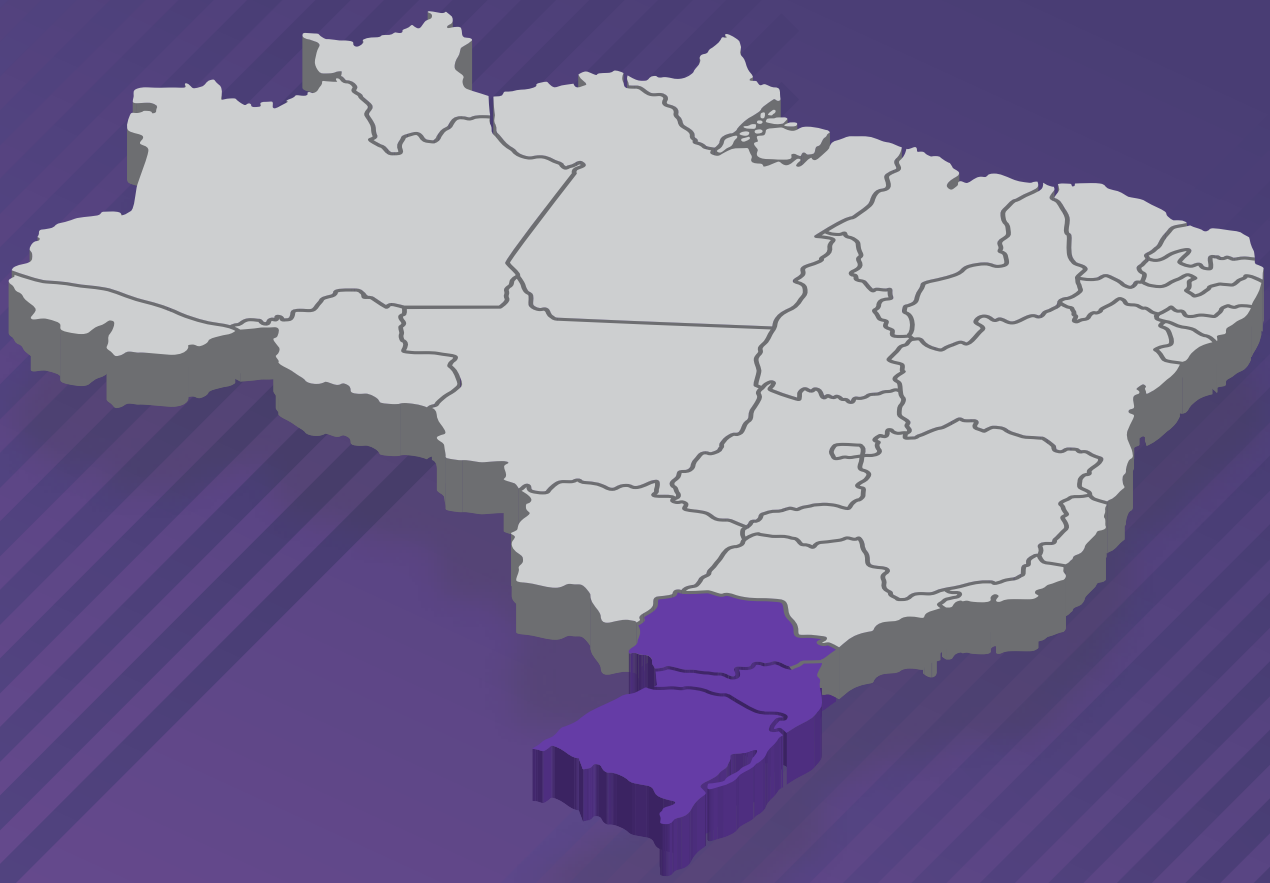
São Paulo

Tarcísio de Freitas

Governador

O grande desafio do saneamento no Estado de São Paulo é intensificar as obras de infraestrutura de água e esgoto, por meio de novas tecnologias e modelos inovadores de contratação, para anteciparmos as metas de universalização com modicidade tarifária, buscando uma tarifa justa. Segundo o Marco Legal do Saneamento, 100% da população de São Paulo deverá ter acesso à água e esgoto até 2033. Nossa meta é antecipar isso, por meio de iniciativas que aumentem a eficiência na prestação de serviço e resultem em maior velocidade na expansão da oferta. Fazer a gestão dos recursos hídricos é um grande desafio em São Paulo, uma região adensada e com disponibilidade hídrica restrita. Por isso, é necessário estudar maneiras de preservar os mananciais e corpos d'água, além de atuar cada vez mais na conscientização da população em relação ao uso sustentável da água. Vamos ampliar os programas para envolver a sociedade nesse esforço e iremos estudar a desestatização porque entendemos que ela pode auxiliar no alcance desses objetivos."

DEPOIMENTOS DOS **GOVERNADORES**



REGIÃO **SUL**

Paraná **31**

Rio Grande do Sul **31**

Santa Catarina **32**

Agência Estadual de Notícias/ Governos do Paraná

Paraná

Carlos Massa Ratinho Jr.

Governador

O Governo do Paraná está trabalhando para atingir a meta de 90% da população atendida com rede de coleta e tratamento de esgoto até 2033, conforme prevê o Novo Marco do Saneamento. A Sanepar, Companhia Paranaense de Saneamento, está investindo para fazer do Paraná o primeiro estado brasileiro a atingir esta meta. São R$ 10,7 bilhões de 2023 a 2027, conforme o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia. A maior parcela de recursos será destinada para a área de esgotamento sanitário, com R$ 6,5 bilhões. Em abastecimento de água, o valor previsto para o período de cinco anos é de R$ 3,7 bilhões. Em meados de 2022, foi assinada parceria entre o governo do estado, Sanepar e 25 municípios para a execução do Programa Estadual de Saneamento Rural – Fase 1, que levará água potável para comunidades rurais de 25 municípios.

O programa atenderá a 2.409 famílias e cerca de 11 mil moradores das áreas rurais, com investimentos de R$ 8,34 milhões. Outra Parceria Público-Privada prevê a universalização do esgotamento sanitário na Microrregião Centro-Litoral, na modalidade de concessão administrativa para um período de aproximadamente 24 anos. O projeto prevê atendimento a 16 municípios que, até 2033, deverão estar com 90% de rede coletora e tratamento de esgoto, atendendo à meta estipulada pelo Novo Marco do Saneamento. Além disso, a PPP prevê a execução de obras de interceptores de esgoto em Curitiba e Colombo. A estimativa de investimentos é em torno de R$ 1,2 bilhão durante todo o período da concessão."

Procurada pela reportagem, a assessoria não respondeu até o fechamento desta edição. Durante a campanha eleitoral do ano passado, Eduardo Leite incluiu entre as propostas do plano de governo "consolidar o Plano Estadual de Saneamento", "auxiliar os municípios no cumprimento das metas do Marco Legal do Saneamento" e "oferecer a opção de regionalização do saneamento aos municípios, propondo modelos de organização, apoiando o financiamento de projetos". A proposta, registrada no TSE (Tribunal Superior Eleitoral), também fala da "previsão de privatização da Corsan (Companhia Riograndense de Saneamento), em 2022, preparando a companhia para dar conta das exigências do Marco Legal do Saneamento".

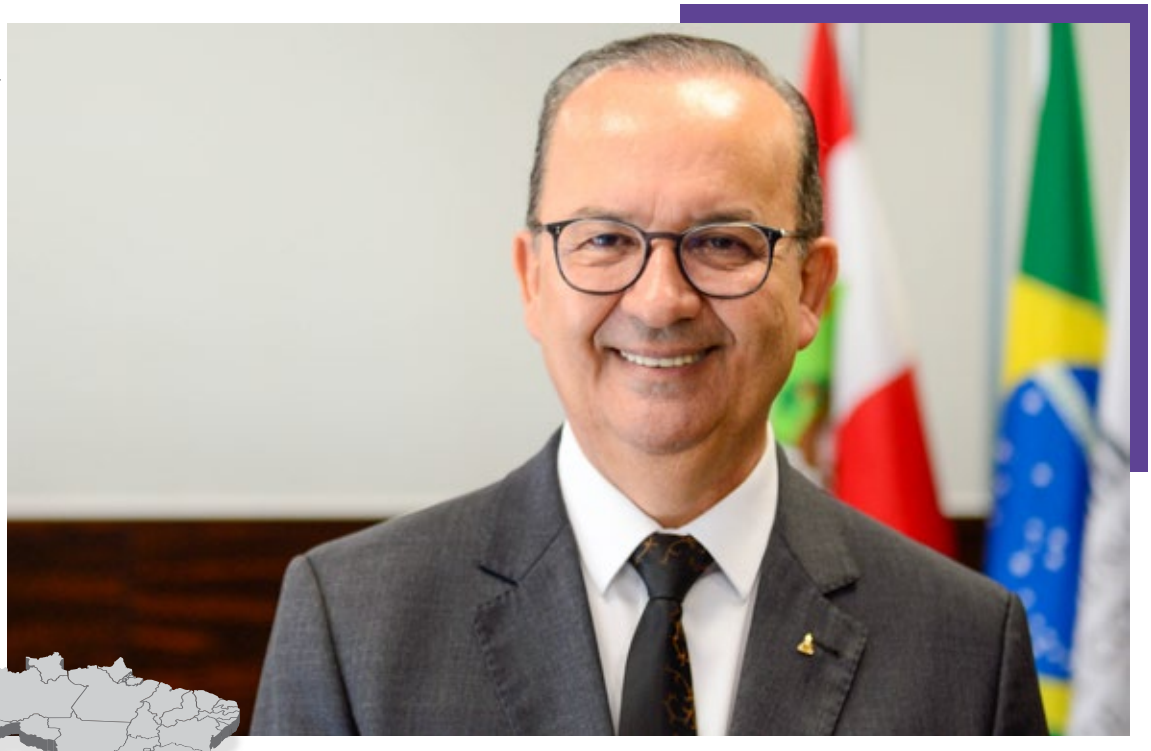
Foto: Mauricio Tonetto/ Governo do Rio Grande do Sul

Rio Grande do Sul

Eduardo Leite

Governador

Foto: Eduardo Valente/Secom



Santa Catarina

Jorginho Mello

Governador

Assim como em todo o Brasil, o saneamento básico em Santa Catarina também se mostra um grande desafio. Dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) de 2021 indicam que apenas 33,11% dos habitantes têm atendimento a coleta e tratamento de esgoto, ou seja, 4,9 milhões de catarinenses ainda vivem sem tratamento público de esgoto. Esta é a situação que nos deparamos ao assumir o governo e não combina com nosso estado. Nossa proposta vai aumentar esta cobertura de coleta de esgoto e melhorar este índice nos próximos quatro anos. É por isso que vamos apostar nas parcerias com os municípios e com a iniciativa privada. Vamos trabalhar em conjunto para a implantação do novo marco regulatório (Lei Federal n° 14.026/2020) junto à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), nossa empresa pública de economia mista e de capital aberto, que atua como concessionária do Setor de Saneamento, visando o aumento dos investimentos para universalização do atendimento até 2033. A cada R$ 1 investido em saneamento, o Estado economiza R$ 8 na saúde. Portanto, investir em saneamento reflete na melhora da qualidade de vida do cidadão, na redução da mortalidade infantil e das despesas com o tratamento de saúde, promove o desenvolvimento urbano e turístico, além de proteger o meio ambiente."

ARTIGO

Vital para o país, a universalização do saneamento não é vocação da ANA

Por Rubens Naves

Logo no primeiro dia da nova administração federal, ao transferir a Agência Nacional de Águas (ANA) do Ministério do Desenvolvimento Regional para o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, a Medida Provisória 1154 parecia ter-lhe retirado a atribuição de instituir normas de referência para a regulação do setor de saneamento básico. No mesmo dia primeiro de janeiro, o governo publicou um decreto criando a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, vinculada ao Ministério das Cidades, fazendo muitos crerem que a definição de normas para o saneamento seria transferida para esse novo órgão. No dia seguinte, diante de especulações e críticas, representantes do governo declararam que a ANA continuaria incumbida da regulação do saneamento, por meio das normas de referência associadas a incentivos.

Esse "passo em falso" indicou uma questão importante e ainda mal encaminhada. E pode ter sugerido um caminho para a solução.

Entre os grandes desafios nacionais herdados pelo governo Lula destaca-se a universalização do saneamento básico. Por meio do Marco Legal do Saneamento (MLS), aprovado em 2020, a nação se comprometeu a priorizar e saldar uma dívida insustentável consigo mesma. De acordo com as metas hoje vigentes, precisamos expandir, até 2033, a distribuição de água potável dos atuais 84% para 99% da população e atender 90% dos brasileiros com coleta de tratamento de esgoto, serviços que hoje só abrangem, respectivamente, cerca de 55% e 28% da população.

Para viabilizar essa ampliação de serviços em pouco mais de uma década, o MLS favoreceu o aumento da participação da iniciativa privada no setor. Nos dois primeiros anos de vigência do MLS, empresas vencedoras de concorrências públicas firmaram compromissos de investimentos de mais de R$ 70 bilhões. Hoje, com o início de uma nova administração federal menos identificada com soluções privatizantes – mas composta por uma pluralidade de forças que não deverá resultar em políticas marcadamente estatizantes –, os vários agentes do setor, investidores e grupos de interesse atentos aos desafios do saneamento, gestão de recursos hídricos e sustentabilidade socioambiental aguardam novas definições de rumos.

Agentes privados e defensores da manutenção do modelo privatizante baseado no MLS – reforçado por políticas da gestão Bolsonaro – temem que as forças de mercado percam espaços e oportuni-

RUBENS NAVES

Advogado, é autor de "Saneamento para Todos" (ed. Palavra Livre) e "Água, Crise e Conflito em São Paulo" (ed. Via Impressa); ex-professor de Teoria Geral do Estado (PUC-SP)

dades recém-abertos. Por outro lado, os que acompanham as reestatizações da "indústria da água" realizadas em muitos países nas últimas décadas – evidência de que a fórmula privatizante nem sempre é solução satisfatória – esperam que o atual governo evite riscos sociais e ambientais implicados, por exemplo, no desmantelamento de modelos bem-sucedidos de gestão estatal ou controle público (como o da Sabesp).

Pragmatismo com responsabilidade

O tamanho e a gravidade do déficit de saneamento brasileiro não permitem retrocessos na recém-iniciada aceleração da expansão dos serviços. O compromisso nacional com as metas do MLS precisa ser honrado – sobretudo por um governo identificado com o combate à pobreza e a desigualdade, a promoção da saúde pública e o equilíbrio socioambiental.

A realidade brasileira exige a substituição de amarras ideológicas anacrônicos por um pragmatismo eficiente e eficaz. Isso significa que recursos e interesses privados que possam colaborar com a universalização dos serviços precisam ser atraídos, acolhidos e incentivados. O mesmo pragmatismo socialmente responsável tem de equilibrar a lógica do mercado com políticas que efetivamente levem saneamento de qualidade aos mais pobres (que é, afinal, o grande desafio para a universalização) com sustentabilidade econômica e ambiental.

Uma "superagência reguladora" capaz de zelar pelos recursos hídricos de um país continental, vitais para o equilíbrio ecológico, o clima e a biodiversidade, imprescindíveis para o desenvolvimento socioeconômico, e, ao mesmo tempo, regular e fomentar a indústria do saneamento para o atingimento de metas ambiciosas no prazo de apenas uma década não é realista. Os interesses vitais envolvidos na gestão abrangente das águas – os biomas, as gerações futuras, populações urbanas e rurais, comunidades tradicionais e ribeirinhas, diversos setores industriais e produtivos etc. – requerem uma entidade reguladora comprometida com equilíbrio e sustentabilidade de longo prazo. A tentativa de contemplar todas essas atribuições numa única instituição é uma fórmula de geração de conflitos de interesse, lacunas e desequilíbrios.

Desafio requer dedicação exclusiva

O acórdão do Supremo Tribunal Federal referente à ADI 6492/DF, que reconheceu, em 2021, a constitucionalidade do Marco do Saneamento registra a compreensão do ministro Gilmar Mendes acerca do papel da entidade reguladora para o atingimento das metas do MLS. "A engenharia legislativa consubstancia verdadeiro modelo de regulação por incentivos, ou por indução, o qual se projeta verticalmente entre os planos federativos e que visa, sobretudo, a viabilizar a universalização do acesso ao saneamento básico e a melhoria da qualidade de prestação desses serviços", explicou o magistrado.

Ao afirmar a constitucionalidade do MSL, o Supremo ajudou a esclarecer a sua adequação à realidade brasileira – tanto por ele respeitar o pacto federativo, pelo qual a titularidade fundamental da gestão do saneamento é dos municípios, quanto pela necessidade de uma liderança federal norteadora do esforço para a universalização dos serviços.

Esse papel de regulação, incentivo e fomento da indústria do saneamento demanda um agente de dedicação exclusiva, capaz de defender e implementar os objetivos e metas fixados em lei, negociando, quando necessário, com entidades que zelam por outros interesses legítimos e relevantes.

O governo Lula, portanto, fará bem ao país se mantiver a Agência Nacional de Águas em um ministério com vocação para gestão de múltiplos interesses em perspectiva de longo prazo, como o do Meio Ambiente. E honrará o compromisso com a universalização do saneamento com mais eficiência e eficácia mantendo a regulação do setor sob o guarda-chuva de um ministério mais afeito ao desafio de uma significativa expansão industrial a curto e médio prazo – dialogando e contribuindo para o aperfeiçoamento das agências reguladoras estaduais e municipais.

aesbe

Mais de **20** entrevistados

Popular em **6** países

Disponível em **8** plataformas

ÉBÁSICO!

O podcast do saneamento

Um bate-papo sobre saneamento de forma leve e informativa. A cada semana, especialistas falam sobre temas como água, esgotamento sanitário, resíduos sólidos, universalização e regulação.

Ouça todos os episódios nas plataformas

Spotify deezer Google Podcasts Apple podcasts

APAREÇA NA PRINCIPAL PUBLICAÇÃO DO SANEAMENTO NO PAÍS

Entrevistas com especialistas, parlamentares, dirigentes de empresas de saneamento e mais.

Distribuição para empresários, deputados, senadores e **dirigentes do setor**.

A cada três meses **uma nova edição.**

10 mil exemplares impressos.

ANUNCIE

Solicite o mídia kit: 61 3022-9600
Aesbe.org.br
comunicacao@aesbe.org.br

aesbe
Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento
Saneamento forte para todos